



ILMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF.

Proc.: 59540.000678/2014-31

Edital 061/2014

MOBICON CONSTRUTORA LTDA, já devidamente qualificada nos autos desse procedimento licitatório Concorrência Edital Nº 061/2014, que tem como objeto EXECUÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE GARARU, NO ESTADO DE SERGIPE, vem, respeitosamente, à presença de V.Sª., por seu representante legal, nos termos do edital, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO** contra decisão da Comissão Técnica Julgamento que **HABILITOU** a licitante **VANTERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EIRELI-EPP**, posto que na documentação de habilitação, se apresenta fatores que determina a reforma da decisão, para a **INABILITADA**, uma vez que descumpriu as regras do presente edital.

I. DOS FATOS

Conforme relatório de julgamento, datado em 02/03/2015, foram declaradas habilitadas as empresas: MOBICON CONSTRUTORA LTDA, VANTERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP e DANTEC CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA e sendo inabilitada a empresa CONSTRUTEC PROJETOS E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL LTDA

A irresignação desta IMPUGNANTE deve-se ao fato da licitante VANTERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, não atender a todas as exigências editalícias que destacamos a seguir:

II. DO DIREITO

Preliminarmente, cabe destacar que a D. Comissão, sempre tem pautado suas ações com a maior lisura e no respeito à legalidade que o dever impõe a todo servidor publico, porem a decisão adotada no processo licitatório, em referencia deve ser revista.

Quanto ao mérito iremos demonstrar a irregularidade existente na documentação de habilitação daquela licitante a partir das exigências editalícias.

Inabilitar a empresa VANTERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP por não atender:

O Subitem 4.2.2.1 “g” que determina:

- g) *Declaração, sob as penas da lei, no caso de ME ou EPP, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado e favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007, ou ainda a certidão de que trata o art. 8.º da IN103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC.*

Fato: A licitante se declarou ME/EPP, dizendo estar apta a usufruir o tratamento diferenciado e favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.

Em anexo a este, apresentamos página visitada no sitio <http://www.portaltransparencia.gov.br> onde mostra que só em recebimentos da CODEVASF a licitante já extrapola o teto máximo permitido para ME/EPP.

III. PEDIDO

Com o fundamento necessário apresentado, requer que seja procedida a reforma da decisão anterior para declarar a INABILITAÇÃO da empresa VANTERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, por não ter atendido as condições editalícias.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Ceres, 11 de março de 2015.



Mobicon Construtora Ltda.
Milton Sales Santana